



CÂMARA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE REGULAÇÃO (CTER)

Ata da 5ª reunião, realizada em 03 de junho de 2022

1 Em 03 de junho de 2022, reuniu-se ordinariamente a Câmara Técnica Especializada de
2 Regulação (CTER) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), por meio de
3 videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
4 Desenvolvimento Sustentável (Semad), em Belo Horizonte. Participaram o presidente
5 Thiago Figueiredo Santana, representante da Semad e os seguintes membros titulares
6 e suplentes: Representantes do poder público estadual: Florence Belo Sidney, da
7 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Carlos Eduardo Sales
8 Alves Filho, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra); Karla
9 Jorge da Silva, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
10 (Seapa). Representantes do poder público municipal: Maria Eduarda de Moraes Lana,
11 da Prefeitura Municipal de Itabirito; Antônio Geraldo de Oliveira, da Prefeitura
12 Municipal de Patrocínio; Nayara Gabrielli de Freitas Borges, da Prefeitura Municipal de
13 Santa Bárbara. Representantes dos usuários de recursos hídricos: João Carlos de Melo,
14 do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Jadir Silva de Oliveira (Siamig); Leocádio
15 Alves Pereira, do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE de Uberlândia).
16 Representantes da sociedade civil: Marta de Freitas, da Associação para Gestão
17 Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Rayssa Cordeiro Figueiredo, do Conselho
18 Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea); José Geraldo Mageste, da
19 Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Assuntos em pauta. 1) ABERTURA. O
20 presidente Thiago Figueiredo Santana, constatado o quórum regimental pela
21 Secretaria Executiva, declarou aberta a 5ª reunião da Câmara Técnica Especializada de
22 Regulação do CERH-MG. Item **2) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS**. Não houve
23 manifestação para esse item da pauta. O Presidente Thiago Figueiredo Santana deu
24 sequência. Item **3) EXAME DA ATA DA 4ª RO DA CTER, DE 03/12/2021**. Presidente
25 Thiago Figueiredo Santana: “O documento foi disponibilizado a todos os conselheiros.
26 Há algum destaque? Não havendo seguimos com a votação”. Ata aprovada. Votos

27 favoráveis: Sede, Seinfra, Seapa, Prefeitura de Patrocínio, Ibama, Siamig, DMAE, Angá
28 e CREA/MG. Ausentes no momento da votação: Prefeitura de Itabirito, Prefeitura de
29 Santa Bárbara e UFU. Na sequência o Presidente procedeu a leitura da pauta. Item 4)
30 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE OUTORGA DE GRANDE PORTE, PARA EXAME E**
31 **DELIBERAÇÃO: 4.1 Ultracal Industria e Comércio Ltda. - Captação de água**
32 **subterrânea para fins de rebaixamento de nível em mineração - Varjão de Minas/MG**
33 **- Processo de Outorga nº 10344/2014 - SEI/Nº 1370.01.0063788/2021-35.**
34 **Apresentação: Diretoria de Apoio Técnico e Normativo (Daten)/Supram Noroeste de**
35 **Minas.** Outorga deferida nos termos do parecer técnico e jurídico do órgão ambiental.
36 Votos favoráveis: Sede, Seinfra, Seapa, Prefeitura de Patrocínio, Ibama, Siamig, DMAE,
37 Angá, CREA/MG e UFU. Ausentes no momento da votação: Prefeitura de Itabirito e
38 Prefeitura de Santa Bárbara. **Início das discussões.** Presidente Thiago Figueiredo
39 Santana: “Com a palavra Conselheiro Leocádio”. Conselheiro Leocádio Alves Pereira
40 (DMAE de Uberlândia): “Uma das situações que tem me ocorrido é justamente a
41 consulta ao comitê. Eu sei que é um processo de licenciamento está falando de
42 outorga, mas é o comitê parece que não manifestou se havia essa possibilidade ou se
43 houve algum fato, algum comentário de alguém da Câmara Técnica do Comitê. É esse
44 o ponto”. Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Esse ponto eu posso te responder de
45 pronto Leocádio. O comitê após recebimento do processo via SEI, pelo visto, os prazos
46 definidos, a Deliberação Normativa CERH-MG nº 31, ele tem 60 dias para manifestação
47 e mais 03 dias para o envio da decisão tomada. Nesse período Comitê não enviou
48 qualquer manifestação sobre o processo. Então não missão do Comitê, o processo vem
49 para deliberação do CERH-MG e não foi encaminhado qualquer documento técnico, de
50 manifestação do Comitê sobre alguma manifestação local o interesse na intervenção”.
51 Conselheiro Leocádio Alves Pereira (DMAE de Uberlândia): “Ok”. Presidente Thiago
52 Figueiredo Santana: “E o ofício consta nos dois processos, que e exclusivamente o que
53 nós temos advindo do Comitê e foi disponibilizado na documentação do site. Eu
54 lamento essa situação principalmente como diretor que apoia os Comitês de Bacia”.
55 Conselheiro Leocádio Alves Pereira (DMAE de Uberlândia): “Infelizmente”. Conselheiro
56 Antônio Geraldo de Oliveira (Prefeitura de Patrocínio): “Tiago, qual é o Comitê dessa
57 área”? Presidente Thiago Figueiredo Santana: “É o em torno de Três Marias, o SF4”.
58 Conselheiro Antônio Geraldo de Oliveira (Prefeitura de Patrocínio): “São dois processos

59 dom mesmo Comitê”. Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Essa intervenção ela se
60 situa nas margens do rio Abaeté, correto Adriana. Ela faz parte do Comitê da
61 circunscrição hidrográfica de atuação do Comitê em torno Três Marias. Algum outro
62 destaque sobre esse processo no item 4.1”? Conselheiro Leocádio Alves Pereira (DMAE
63 de Uberlândia): “Eu vi sobre a estação que vai ser instalado apenas uma e a outra está
64 no raio de 60km, se não me engano. Está no parecer considerando como específico e
65 eu pergunto: poderia aumentar dentro da dessa área mais alguma estação? E qual que
66 seria a norma poder ter uma maior informação sobre precificação? Até a questão do
67 Balanço Hídrico que deve ocorrer em razão das explorações e outra situação também
68 é, se há medição de vazão, se já existe alguma estação de medição de vazão ou no
69 Abaeté ou no afluente onde está o empreendimento. Tem algum histórico de vazão?
70 Adriana de Jesus Felipe (Semad): “Boa tarde a todos. Eu sou geóloga, analista
71 ambiental da Diretoria de Apoio Técnico-Normativo da Semad, dando apoio à Supram
72 Noroeste nas questões dos processos de outorga de rebaixamento. Esse
73 empreendimento, pelo fato da solicitação de uma estação pluviométrica, realmente
74 porque essa está sendo utilizada está bem distante do empreendimento. É um
75 empreendimento isolado, o município está a 20 Km de uma área rural, referencias do
76 entorno. No meu ponto de vista eu não vejo necessidade de colocar uma outra
77 Estação Pluviométrica, porque é uma área pequena, bem restrita e os monitoramentos
78 serão feitos de acordo com que foi apresentado. Já tem posição de pontos de
79 avaliação curso d'água, mas o curso d'água mais próximo que o ribeirão Andrade que
80 corta o empreendimento. Ele não tem influência regional, é local. É uma área pequena
81 e aí a questão do Abaeté, ela vai estar bem distante do empreendimento. Eu não seria
82 viável a gente colocar um monitoramento no Abaeté, porque vai ser muito distante do
83 empreendimento. O Ribeirão Andrade é afluente e o desague está bem distante”.

84 Conselheiro Leocádio Alves Pereira (DMAE de Uberlândia): “Eu vi também quanto as
85 análises de controle, de qualidade e tudo mais. É lógico que a cada cinco anos vai ter
86 uma revisão, vai ter um acompanhamento. Quanto a periodicidade dos relatórios, elas
87 vão ser mensais, trimestrais, semestrais, como vai ficar”? Adriana de Jesus Felipe
88 (Semad): “Os relatórios eles são anuais, é condicionante 4. E o modelamento
89 hidrogeológico é que está sendo solicitado de cinco em cinco anos, até para dar tempo
90 de obter todos os dados, que seja feita uma nova simulação e o relatório anual mesmo

91 todas as atividades do rebaixamento, ele anual”. Conselheiro Leocádio Alves Pereira
92 (DMAE de Uberlândia): “Com relação à questão de biota, é lógico que vai ter uma um
93 aumento de vazão significativa em determinadas épocas, com relação ao
94 bombeamento, a exploração. Então, quais são essas influências aí nessa questão da
95 microfauna aquática e outros problemas que possam interferir? A outra preocupação
96 que eu tenho é com relação ao tipo de balsa que está lá e onde se coloca as bombas?
97 Eu vi no relatório de vocês essa preocupação que é de fato um risco grande, porque se
98 vazar o óleo como vai fazer com essa água? Vai bombear isso para onde? Então tem
99 alguns cuidados que eu acho que nós devemos ter. A outra ideia que eu coloco é que,
100 ao invés da bomba direta, montasse um grupo gerador com bombas elétricas, porque
101 dessa forma consegue-se fazer um controle mais confinado, fora da cava. Então são
102 algumas colocações que eu estou fazendo que valem para os dois processos. É lógico
103 que são vasões diferente, são potências de bombas diferentes, mas se houvesse essa
104 possibilidade de colocar um grupo gerador e alimentar essas bombas, que poderiam
105 ser bombas elétricas, então o risco seria bem menor. É lógico que existe a
106 possibilidade de uma máquina vazar óleo lá dentro, no momento de escavação, de
107 retirada desse material, mas são alguns pontos que eu trago como preocupação com
108 relação a qualidade de água razoável que vai ser explotada e os usos já estão
109 caracterizados que é uma indicação ou alguma parte consumo. Mas, a grande
110 quantidade vai para o rio. Se houver uma contaminação quais são as medidas poderão
111 ser adotadas para não ter que bombear essa água contaminada? E para onde iria isso?
112 São algumas coisas que a gente está colocando para ajudar e para esclarecer. São os
113 cuidados que nós temos que ter com relação à questão dessas contaminações, com
114 relação a óleo ou alguma coisa nesse sentido. Obrigado”. Adriana de Jesus Felipe
115 (Semad): “Leocádio, essa foi a minha primeira solicitação durante a vistoria, eram
116 bombas com óleo diesel e o que foi solicitado é que se fossem instaladas bacias de
117 contenção nos conjuntos. Eu fiz a mesma pergunta ao empreendedor e ao consultor,
118 com relação à energia elétrica e se utilizar a bomba elétrica. Como eu disse, é uma
119 área isolada e eles têm dificuldade com energia elétrica no local. Então, a princípio o
120 que me foi repassado é que eles têm dificuldade para colocar um gerador lá. Então, de
121 imediato o que foi solicitado foi instalação de bacias de contenção nos conjuntos.
122 Dentro do programa de monitoramento, foi solicitado também e proposto empresa, a

123 avaliação dessa água, análise química da água, antes do descarte e a proposição de
124 medidas mitigadoras nesse caso. Com relação à biota, particularmente, por estarmos
125 tratando mais da parte de recursos hídricos, eu acho que vai ser avaliado no
126 licenciamento ambiental, porque aí foi feito um estudo no complexo como um todo e
127 até a Larissa está aqui na sala, que é diretora técnica da Supram Noroeste, talvez possa
128 esclarecer melhor, porque eu só trabalhei com a parte do rebaixamento. Eu não
129 trabalho com a parte do licenciamento ambiental, que deve ser tratado lá”.

130 Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Obrigado pelas perguntas Leocádio, só
131 esclarecer que esse tipo de ação por mais que possa ter alguma informação sobre os
132 controles da microbiota e seus impactos, ele não é um subsídio para tomada de
133 decisão para outorga. Ele é subsídio é exclusivo para licenciamento ambiental e aí se a
134 Larissa quiser colocar algum esclarecimento sobre esse item, eu passo a palavra”.

135 Larissa Medeiros Arruda (Supram Noroeste): “Boa tarde conselheiros, boa tarde
136 Leocádio. Como a Adriana já comentou, a área do rebaixamento é muito pequena e
137 pontual, mas acreditamos que pelos estudos, inclusive os dados das cavidades, o
138 rebaixamento não iria influenciar nessa questão da biótica. Então, pelo rebaixamento
139 ser muito pontual, a gente avaliou que o rebaixamento não vai causar esse impacto”.

140 Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Obrigado Larissa. Conselheiros algum destaque
141 adicional sobre os processos? Eu queria que eles fossem trabalhados em conjunto por
142 se tratar mesmo empreendimento e terem a mesma tipologia de intervenção. Alguma
143 outra consideração ou destaque? Bem senhores, não havendo, seguimos para a
144 votação”.

**4.2 Ultracal Industria e Comércio Ltda. - Captação de água subterrânea
para fins de rebaixamento de nível em mineração - Varjão de Minas/MG - Processo
de Outorga nº 32507/2015 - SEI/Nº 1370.01.0064613/2021-70. Apresentação:**

**Apresentação: Diretoria de Apoio Técnico e Normativo (Daten)/Supram Noroeste de
Minas. Supram Noroeste de Minas.** Outorga deferida nos termos do parecer técnico e

jurídico do órgão ambiental. Votos favoráveis: Sede, Seinfra, Seapa, Prefeitura de
Patrocínio, Prefeitura de Santa Bárbara, Ibama, Siamig, DMAE, CREA/MG e UFU.

Abstenção: Angá (justificativa: ‘eu não tive tempo de analisar o projeto e
principalmente agora com as falas eu percebi que precisava conhecer mais sobre o
projeto’). Ausentes no momento da votação: Prefeitura de Itabirito. Início das

discussões. Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Processo em discussão, algum

155 destaque conselheiros”? Conselheiro Leocádio Alves Pereira (DMAE de Uberlândia):
156 “Como a gente vê os processos estão na às margens do ribeirão e a situação, por
157 exemplo, do aprofundamento das Cavas, é lógico que tem os distanciamentos e os
158 regramentos. Mas, me parece que tem uma questão de afloramento no paredão, que
159 é de origem do Ribeirão. Nesse caso, existe alguma medida de contenção? Isso
160 provocar, ocorrer um aumento dessa vazão para dentro das cavas? É lógico que há os
161 períodos de cheias e isso pode acontecer, vazão de enchentes na área de inundação
162 como aconteceu esse ano. Mas, pergunto se existe alguma possibilidade de questões
163 de obras, para garantir no caso a segurança? É lógico que tem umas bombas para
164 fazerem esse rebaixamento e existem alguma situação por exemplo de fissuras do
165 ribeirão. Adriana falou da questão geológica hidrogeologia, mas há alguma medida,
166 alguma posição com relação a isso além das bombas que vão fazer o rebaixamento.
167 Mas, pergunto se existe a possibilidade de uma segurança maior do próprio
168 empreendimento, no caso de inundações. É só esse ponto”. Adriana Jesus (Semad):
169 “Esse também foi um questionamento realizado durante a vistoria. Mas, a questão é
170 que a cava está abaixo da cota do ribeirão, então a gente está tratando de uma área
171 cárstica, que realmente as fissuras, existem alguns pontos em que a água empina para
172 dentro da cava, a questão do monitoramento é exatamente nesse sentido para que a
173 gente possa ter futuramente, com os resultados, dos relatórios anuais, se for
174 necessária alguma outra medida, que seja tomada para que não tenha uma inundação
175 completa. Nesse sentido já estamos vendo, e o solicitado para essa cava um, onde tem
176 essa infiltração de 200 m³, apenas, é muito improvável uma inundação da cava. A
177 filtração que ocorre no paredão ela é bem pequena também, mas os monitoramentos
178 vão indicar isso mais para a frente. Por isso a necessidade de relatórios anuais e que
179 sejam acompanhados mais de perto”. Conselheiro Leocádio Alves Pereira (DMAE de
180 Uberlândia): “Obrigado pela complementação do esclarecimento das dúvidas que eu
181 tinha”. Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Senhores conselheiros, mais algum
182 destaque sobre o item 4.2? Não havendo vamos para a votação”. Na sequência
183 procedeu-se a votação, passando na sequência para o próximo item. **5) ASSUNTOS**
184 **GERAIS.** Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Eu gostaria de iniciar seus
185 conselheiros. Eu gostaria de disponibilizar a vocês o as pautas e itens em discussão,
186 para que essa Câmara possa ter uma rotina de discussão técnica para o

187 aprimoramento da regulação e dos instrumentos os quais ela possui competência de
188 discussão, normatização e aprimoramento de critérios. Toda e qualquer proposta será
189 muito bem-vinda, apreciada e nosso contribuiremos até mesmo indicação de pessoas
190 para poder trazer essa discussão para dentro da Câmara Técnica, e poderá ser
191 encaminhada para o e-mail da Secretaria Executiva, até em resposta às convocações
192 das reuniões que vocês recebem, sem prejuízo algum. É só para que possamos ter uma
193 rotina de qualificação das funções, dentro da Câmara e que ela não seja apenas
194 motivada. Queremos que ela seja um motivador das demais Câmaras superiores, como
195 a Câmara Normativa e Recursal, como também o Plenário. Então eu queria essa
196 disponibilidade, a nossa abertura para a recepção de qualquer pauta, de atribuição
197 dessa Câmara para discussão. Com a palavra o Conselho, fiquem à vontade para os
198 assuntos gerais”. **6) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados,
199 o presidente Thiago Figueiredo agradeceu a disponibilidade todos, destacou a
200 agilidade da reunião com boa discussão. Agradeceu de forma especial ao conselheiro
201 Leocádio, pelas contribuições no processo de execução dos dois itens, desejou um
202 ótimo final de semana a todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta
203 ata.

204

APROVAÇÃO DA ATA

206

Presidente Thiago Figueiredo Santana

207

Presidente Suplente da Câmara Técnica Especializada de Regulação

208

Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais

209